



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça

para os devidos fins.

Em 04/11/24

Claudio
Claudio de Martin Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Evaldo

Gomes

para relatar.

Em 05/11/24

[Assinatura]
Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 87/2024

AUTOR: DEPUTADO GEORGIANO NETO

RELATOR: DEPUTADO EVALDO GOMES

I - RELATÓRIO

O presente Projeto de Decreto Legislativo 87 de 14 de agosto de 2024 de autoria do Deputado Estadual Georgiano Neto, trata acerca da **Concessão da Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor FERNANDO MARQUES DE FREITAS ARAGÃO.**

Encaminhado os autos a esta Comissão, fui designado Relator para efetuar a análise acerca da constitucionalidade, legalidade e juridicidade da proposta.

É o breve relatório. Passa-se à apreciação.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do art. 123, inciso I, a, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, recebi a presente proposição para emitir parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 87/2024, observando a sua adequação aos princípios e normas previstos na Constituição Federal, Constituição do Estado do Piauí e demais normas jurídicas.

Importa ressaltar que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí dispõe como competência da Comissão de Constituição e Justiça assuntos atinentes a títulos de cidadania. Vejamos o art. 123, I, d:

Art. 123. As Comissões Permanentes desta Assembleia e suas respectivas competências e atribuições são as seguintes:

I - Comissão de Constituição e Justiça:

d) assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais, à organização do Estado, à organização dos Poderes e às funções essenciais da Justiça, títulos de cidadania e reconhecimento de utilidade pública;



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

O Projeto vai ao encontro dos artigos 27 e 156 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, os quais conferem privativamente ao Poder Legislativo os projetos dispondo sobre a concessão do títulos honoríficos, cidadão honorários e reconhecimento de méritos a pessoas que comprovadamente tenham prestado relevante serviço à comunidade piauiense, cabendo a subscrição apenas aos parlamentares.

In casu, o proponente visa a **Concessão da Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor FERNANDO MARQUES DE FREITAS ARAGÃO**, estabelecendo a condecoração da legislação em vigor.

A concessão da medalha de mérito significa a aclamação do poder público à prestação de relevantes serviços de abrangência e de contribuição a todo o Estado do Piauí. Nota-se que o indicado é responsável por expressivas realizações no âmbito da Segurança Pública do estado do Piauí, dentre eles números recordes em prisões, apreensões e capturas, além da devolução de centenas de bens aos legítimos proprietários, tanto na capital como no interior do Estado.

Vejamos o artigo 156 do Regimento Interno da ALEPI:

Art. 156. Os projetos dispondo sobre a concessão do título honorífico de "Cidadão Piauiense" devem ser subscritos apenas por parlamentares e conferidos, privativamente, pelo Poder Legislativo, a **personalidades, brasileiras ou não, que tenham prestado reais e efetivos serviços ao estado do Piauí, ou que mereçam a homenagem em decorrência de extraordinária e meritória atuação**, devendo a proposição especificar, obrigatoriamente, as razões e os motivos considerados relevantes e justificadores da honraria.

§ 1º Os projetos de decreto legislativo que visem conceder o título de cidadania piauiense devem conter como documentos acessórios ao menos:

a) o *curriculum vitae* atualizado do candidato;



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

b) a cópia da certidão de nascimento ou outro documento hábil para demonstrar a naturalidade do candidato; e

c) justificativa circunstanciada;

Resta claro que a indicação do **Senhor FERNANDO MARQUES DE FREITAS ARAGÃO** cumpre os ditames normativos que regem a concessão da honraria em análise, uma vez que o Projeto de Decreto Legislativo contempla toda a documentação necessária, apresenta em sua justificativa a qualificação técnica, idoneidade moral e descreve o vasto histórico de serviços prestados ao Estado do Piauí por parte do indicado.

Por fim, após análise do presente projeto, nota-se que sua proposição está em conformidade com o ordenamento jurídico constitucional e infraconstitucional.

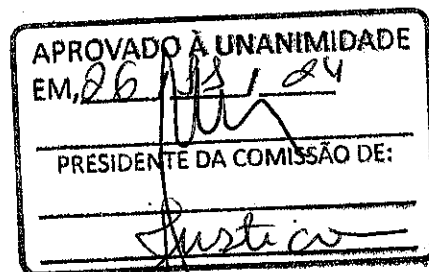
III - VOTO

Desta forma, voto pela aprovação do projeto em análise.

SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina (PI), 26 de novembro de 2024.


DEP. EVALDO GOMES

Relator





ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ